



[Assinatura]

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR, REALIZADA EM NOVE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE.

Aos nove dias de outubro de dois mil e quinze, às dez horas, na Sala de Reuniões do Gabinete da Direção-Geral, foi realizada a sétima sessão ordinária do Conselho Diretor, à qual compareceram o Presidente Carlos Henrique Figueiredo Alves e os conselheiros: Hélio Vargas Chaves de Souza e Patrícia Guimaraes Crosseti (Docentes de Ensino Básico e Técnico), Jurandyr Machado (Ex-alunos), Rosane Chaves Gaspar e Leila Marques da Silva (Técnicos Administrativos), Maria Renilda Barreto (Docente do Ensino Médio e Técnico), Miriam Carmem M. da Nobrega Pacheco (Docente Ensino Superior), Marilda Pimenta Melo (FIRJAN), André Luis R. dos Santos (FECOMERCIO) e Rafael Barreto Almada (MEC). No **Expediente Inicial**, o Sr. Presidente levou à apreciação dos Conselheiros as atas da sexta sessão ordinária e sétima sessão extraordinária, que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou aos conselheiros que fossem incluídos na pauta dois processos referente a desfazimento de bens, como item 2.6, sendo aceito por todos. Dando início à Ordem do Dia, item 1.1 - **Processo do Prof. Carlos Henrique F. Alves**, o Senhor Presidente explicou que tal solicitação consistia numa missão ao exterior e havia partido de um convite feito pela University of Wisconsin-Stout para a Semana da Educação dos EUA. Ressaltou que estava sendo feito um balanço do orçamento, mas que precisa autorização do Conselho para fazer a viagem. A conselheira Rosane alertou que no processo constavam dois documentos com datas distintas. O Senhor Presidente se comprometeu a retificar. Foi aprovado por unanimidade. Passando ao item 2.2 - **Processo do Prof. Luis Carlos Castanheiras**, o Senhor Presidente explicou que tratava-se de um processo delicado, pois o docente havia entrado com o processo antes da mudança da Regulamentação de um para cinco anos de carência. Defendeu que o docente era um servidor bastante dedicado à instituição e que não tinha nenhuma pretensão de se aposentar, apesar de ter tempo de serviço para isso. Esclareceu que o documento de comprometimento que os docentes assinam, não tem valor legal e por isso sugeriu que se discutisse uma posição transitória no Conselho. A conselheira Miriam declarou que vinha acompanhando alguns casos semelhantes pela CPPD e que a validade de tal documento de comprometimento estava sendo questionada, mas servia para calçar o RH. Defendeu que o docente em questão era um servidor extremamente dedicado e que gostava de estar em sala de aula. Acrescentou que em seu despacho no processo deixou para o CODIR decidir. A conselheira Rosane declarou que a Resolução do CODIR não deveria ser contrariada e sugeriu que se revogasse tal resolução, a fim de assumir um comportamento único perante aos outros docentes. A conselheira Leila complementou que não deveria haver disparidade de decisões, pois, se um dia a solicitação for feita por um servidor com referências não tão positivas quanto às deste colega, como o CODIR iria responder com isenção? O Senhor Presidente disse que não concordava com a revogação da Resolução, mas pediu que considerassem o referido processo, uma vez que sua abertura foi antes da publicação da Resolução. Sugeriu também que fosse criado um documento de transição para casos semelhantes e que a partir disso, não houvesse mais prerrogativas. O conselheiro Hélio lembrou que no acórdão estava explícito que o MEC iria rever essa questão. Por isso, sugeriu todos que entrassem com esse tipo de processo fossem notificados de que o TCU poderia dar a aposentadoria como ilegal a qualquer momento. O acórdão seria anexado ao processo e o solicitante daria um "ciente" no mesmo. Defendeu que se fosse assim, não precisariam criar critérios de transitoriedade. Além disso, sugeriu que fosse solicitado ao MEC as providências acerca de tal Acórdão. O conselheiro Rafael se comprometeu a buscar informações a respeito do tema. Em seguida, o Senhor Presidente sugeriu tratar o caso em questão como os anteriores, onde seria anexado um termo



de compromisso, assinado pelo solicitante. A conselheira Leila sugeriu alegar o interesse institucional no documento. O conselheiro Hélio sugeriu deixar o solicitante ciente das consequências. O Senhor Presidente colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou que o item 2.3 fosse discutido por último, pois demandaria mais tempo que os demais, por tratar-se de um assunto complexo. Todos aceitaram. Passando ao item 2.4 **Proposta de Geração de Vagas Suplementar Específicas para Candidatos provenientes de Comunidades Quilombolas e Indígenas da Região Costa Verde**, o Senhor Presidente explicou que a solicitação era do *campus* Angra dos Reis e que era uma necessidade específica da Região. Disse também que eles estavam solicitando a criação de cinco vagas suplementares, mas que se não fossem preenchidas pelos Indígenas ou Quilombolas, ficariam ociosas. Justificou que nessas comunidades há pessoas com formações muito primárias e essa seria uma oportunidade de obterem uma formação rápida para se inserirem no mercado de trabalho. Sugeriu a formação de uma comissão para estudar a viabilidade da solicitação. O conselheiro Hélio lembrou que as Leis de Cotas já atendiam a esse propósito. A conselheira Maria Renilda declarou que a aproximação entre o CEFET/RJ e as comunidades quilombolas era muito interessante e que a Lei de Cotas dava direito a cinquenta por cento do total das vagas e não somente cinco, conforme solicitado. Porém, declarou que não tinha certeza se as comunidades Quilombolas estavam inseridas na Lei de Cotas e que era preciso um estudo sobre. A conselheira Rosane alertou que essas comunidades existem em diversas regiões do país e por isso, caso aprovado, deveria valer para todo o Sistema CEFET/RJ e não somente para Região de Angra. O conselheiro Rafael declarou que no SISU a cota para Quilombola é uma prática que existe, mas que na Lei de Cotas não existe, pois trata de raças. Defendeu que deveria ser feito um estudo melhor sobre o assunto, inclusive de legislação na área de ensino técnico e caso aceito, deveria se estender para todo Sistema CEFET/RJ. A conselheira Maria Renilda endossou a proposta do conselheiro. O Senhor Presidente declarou que não haveria tempo hábil para ofertar as vagas solicitadas no Edital corrente e que seria realmente necessário um maior estudo a respeito. Sendo assim, convocou voluntários para formar uma comissão, que foi formada pelos conselheiros Maria Renilda e Rafael Almada. O conselheiro Hélio sugeriu que caso ofertadas, as vagas deveriam ser divulgadas em porcentagem, ao invés de números. Passando ao item 2.5 **Portaria “ad referendum” (Doação de Material/ FAPERJ)**, o Senhor Presidente explicou que tratava-se de um material recebido ao final de uma pesquisa, como ocorre com frequência e colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passando ao item 2.6 – **Desfazimento de Bens**, O Senhor Presidente explicou que a instituição está se desfazendo de itens que viraram sucatas. Explicou que todos passaram pela avaliação de comissão responsável e foi constatado que são irrecuperáveis. Do primeiro processo, listou alguns itens como mesas, cadeiras, mesinha de telefone e cadeira de vinil preta. Do segundo, listou alguns itens oriundos do laboratório de Mecânica, inclusive um lote de tornos, que não se utilizava mais. Os conselheiros sugeriram que um dos tornos fossem guardados para o museu e o Senhor Presidente informou que seria feito. A conselheira Maria Renilda sugeriu tirar foto e colocar ano em que foi comprado. O conselheiro Hélio informou que o procedimento correto seria o pessoal do Arquivo colocar as peças como arquivo permanente. O Senhor Presidente informou que irão fazer um levantamento da história do Sistema CEFET/RJ, em todas as unidades e que esse foi um dos motivos que levaram à contratação de arquivistas em todos os *campi*. Passando ao item 2.3 **Processo de Luiz Felipe Mourão da Costa**, o Senhor Presidente fez um breve relato sobre o histórico do processo, que foi previamente lido pelos conselheiros e colocou em discussão. A conselheira Rosane observou que o recurso foi solicitado fora do prazo estipulado, conforme parecer da DILEN, de 14/05/2014, constante do processo (fls. 08). Sendo assim, decidiu-se, por unanimidade, indeferir o recurso, por este ter sido solicitado fora do prazo. Passando ao

6



95 Expediente Final, 3.1 **Assuntos Gerais**, a conselheira Miriam solicitou que as Eleições para
CPPD sejam feitas o quanto antes, pois estão com um volume considerável de trabalho e falta
de pessoal. O Senhor Presidente informou que as Eleições ocorrerão em paralelo com as
Eleições dos Conselhos dos *campi*, que devem ocorrer até o início de dezembro. O conselheiro
100 Hélio perguntou como ficaria o orçamento para o próximo ano. O Senhor Presidente informou
que o orçamento ficaria bastante apertado, pois a distribuição seria a mesma de dois anos
atrás, quando não havia toda a expansão que a instituição sofreu. Porém, disse que ao longo
do ano a situação poderá melhorar, mas até lá, a instituição terá que se adequar a realidade. O
conselheiro Hélio alertou que seria necessário colocar pé firme com as aberturas de vagas. O
105 conselheiro também perguntou se as obras iniciadas seriam concluídas. O Senhor Presidente
informou que sim, pois o dinheiro para as obras já estava separado, mas disse que também iria
depende das empresas contratadas. Os conselheiros Rosane e Hélio sugeriram tratar o
assunto do bandeirão para a instituição. A conselheira Maria Renilda convidou todos a divulgar e
participar do Colóquio Internacional Relações Étnico-Raciais e Políticas Públicas, no período de
21 a 23 de outubro. O Senhor Presidente lembrou que junto com o Colóquio mencionado,
110 haveria a 3ª Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação e a Semana de Extensão. O
conselheiro Jurandyr informou a todos que seu suplente, Janes Rage, pediu para sair do
Conselho, mas que a Associação dos Ex-Alunos já tinha um nome para indicar, o do Sr. Cauby
Monte e que iriam mandar a documentação em breve. Além disso, perguntou se em dezembro
ocorreria o evento das homenagens. O Senhor Presidente informou que as homenagens serão
115 revistas, pois algumas não podem ser utilizadas para fins de progressão como vinha
acontecendo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão e agradeceu a
presença de todos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Luciana Carvalho de
Oliveira, na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente, Carlos Henrique Figueiredo Alves.